- **Excelência, Senhora Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania**
- **Senhores Delegados Provinciais da Justiça e dos Direitos Humanos**
- **Ilustres Membros do Conselho de Direcção**
- **Prezados Colegas**
- **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Gostaria de, por vosso intermédio, começar por felicitar todos os funcionários e quadros desta grande família da Justiça e direitos humanos.

Já lá vai mais de um mês desde a tomada de posse do Ministro e dos Secretários de Estado para a Justiça e para os Direitos Humanos e Cidadania. E, em breve, o Governo vai aprovar o novo Estatuto Orgânico do Departamento Ministerial da Justiça e dos Direitos Humanos.

Chegou o momento de constituirmos as nossas equipas, de motivarmos as pessoas e de definirmos as vias para alcançarmos os objectivos do Executivo para o Sector da Justiça e dos Direitos Humanos.

Cada um dos quase nove mil funcionários e quadros deste sector tem talentos e qualidades específicos.

São quase nove mil peças que, harmoniosamente encaixadas, personificam o rosto da Justiça e dos Direitos Humanos, em Angola.

É minha obrigação, enquanto titular deste Departamento Ministerial, criar as condições para que cada uma destas pessoas tenha o espaço e o ambiente profissional adequados para poder dar bom uso aos seus talentos e qualidades.

Cada um tem de conseguir concretizar as suas responsabilidades e sentir-se realizado, técnica e profissionalmente, dentro de uma visão institucional comum.

Conto, para tal, com o concurso dos dois Secretários de Estado, que estão, sem dúvida, comprometidos com a causa da Justiça e dos Direitos Humanos. Conto também com os directores nacionais, os consultores, os chefes de serviços e de departamento, os chefes de secção e os outros responsáveis, capazes e experientes, para constituir uma equipa de trabalho vencedora.

Conto convosco, prezados Delegados Provinciais, para acompanhar e realizar, ao nível de cada província, de cada município e de cada comuna, as responsabilidades e tarefas sectoriais que cada angolano espera de nós.

Quero deixar claro que conto com cada um para cumprirmos com a grande responsabilidade de conduzir este sector estratégico da vida nacional.

Juntos iremos cumprir os objectivos que estão traçados para o Sector, seguindo sempre os nossos valores éticos da **transparência**, da **lealdade** e do **rigor**.

Prezados Colegas

A maior riqueza do nosso país são os cerca de 25 milhões de habitantes, e o capital humano que representam, mas o seu potencial não se reflecte suficientemente no Produto Interno Bruto e nas receitas do Estado.

Enquanto sector social que atende às necessidades das pessoas na área específica da Justiça e Direitos Humanos, precisamos de aumentar fortemente a nossa capacidade de intervenção para motivarmos os membros da sociedade no sentido da cidadania; para facilitarmos o acesso à Justiça e aos Direitos e liberdades fundamentais; para proporcionarmos direitos e

oportunidades iguais, de modo a que cada um possa ter acesso à riqueza e aos bens de que necessita; e para garantirmos o direito à livre iniciativa económica e empresarial, adequando as ambições, as aspirações e as expectativas legítimas de cada um à lei, ao interesse público e aos valores éticos e morais que regem a nossa sociedade.

Dispomos dos meios e equipamentos que o Estado disponibiliza para executar a Política do Governo para o Sector da Justiça e Direitos Humanos.

Temos a confiança e o apoio de Sua Excelência o Titular do Poder Executivo para trabalharmos na solução dos problemas que forem surgindo durante esta jornada.

Temos a Constituição e a lei como ponto de partida e bússola, para equacionarmos todas as matérias e desafios que enfrentaremos.

Temos um programa de governação, sufragado pelo povo que elegeu o Presidente da República e o Partido MPLA nas eleições de 23 de Agosto passado.

Temos, portanto, tudo o que é preciso para governar o sector da justiça e dos direitos humanos; para cumprir as metas e objectivos traçados para esta legislatura e para garantir a sustentabilidade dos programas e projectos do sector no médio e no lango prazo.

Prezados Colegas

A tarefa é grandiosa, mas a equipa e os meios de que dispomos está à altura do desafio.

Precisamos de definir mecanismos de trabalho e traçar as prioridades, focando a nossa atenção na concretização das metas e objectivos para a actual legislatura.

Neste contexto, sugiro que sigamos o método participativo de gestão. Quero dizer que todos devemos ser parte das decisões sobre a gestão dos assuntos da justiça e dos direitos humanos.

Deveremos explorar as sinergias do trabalho em equipa, a interacção com os colegas e a partilha de conhecimentos, com o fim de encontrarmos as melhores soluções para os problemas e desafios.

Queremos trabalhar num ambiente de harmonização horizontal da liderança e da execução das responsabilidades.

Cada um, no seu posto, terá de sentir-se parte consciente do todo. Cada um deverá ter a oportunidade de contribuir para as decisões finais sobre cada questão da competência deste Departamento Ministerial.

Encorajo-vos, assim, a assumirem a liderança dos vossos sectores de trabalho, e a fazer com que os vossos colaboradores se sintam motivados a participar activamente na equação e solução dos problemas e a encontrar as respectivas soluções.

Ninguém deve sentir-se feliz por diagnosticar o problema e remete-lo para o seu superior, como se fosse um mero agente postal de remessa de problemas.

Só nos poderemos sentir felizes se, além de diagnosticarmos o problema, encontrarmos as respectivas soluções, os meios para a sua execução e a viabilidade técnica dessa solução. Só assim estaremos a fazer jus às nossas capacidades e a dar sentido ao trabalho em equipa.

A motivação para o trabalho com este sentido de equipa deve ser induzida pelo vosso exemplo de disciplina, de dedicação e de profissionalismo. A vossa liderança deve ser inspiradora para os colegas.

Quero lembrar aos presentes a importância de fazerem cumprir os deveres de pontualidade e assiduidade, dando o exemplo aos seus subordinados.

Encorajo igualmente as iniciativas para a realização de programas de capacitação técnica e científica no domínio das novas tecnologias, da língua inglesa, da gestão de projectos, do aumento da cultura laboral e da participação em seminários internos.

Prezados Colegas

As expectativas em relação ao sector da Justiça e dos Direitos Humanos neste novo ciclo de governação são enormes.

Espera-se que façamos deste sector um dos baluartes no combate à corrupção e à impunidade, com efeitos directos na melhoria do ambiente institucional, na moralização da sociedade, no ambiente de negócios conducente à captação de investimento privado, e na consequente melhoria das condições de vida do nosso Povo.

As nossas prioridades para atingirmos este objectivo são: a reforma do Direito e da Justiça; o programa de registo civil e emissão do bilhete de identidade para toda a população; a melhoria da arrecadação de receitas emolumentares; o diálogo com a sociedade civil organizada e a melhoria de conceito de parceria na gestão e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como o alargamento dos nossos serviços a todos os municipios.

Teremos de fazer um esforço no sentido da **melhoria das condições de trabalho e salariais,** dos quadros das magistraturas do Ministério Público e Judicial, dos oficiais de justiça, dos agentes dos registos e notariado, do pessoal do quadro administrativo comum e de todos quantos concorrem com o seu esforço para o sector da Justiça e dos Direitos Humanos.

Espera-nos muito trabalho de melhoria das condições de trabalho e de motivação dos recursos humanos. Por isso, a palavra de ordem é **INOVAR.**

Inovar na organização. **Inovar** nos métodos de trabalho. **Inovar** no estilo de liderança. **Inovar** nos meios para motivar as equipas de trabalho. **Inovar** na visão estratégica e na ambição de resultados. **Inovar** nas soluções para os nossos problemas. **Inovar** na atitude. **Inovar** na criatividade.

Pretendemos melhorar as condições alternativas de segurança social e de atendimento a despesas circunstanciais por morte e por doença, de seguro de saúde, de acesso à habitação e a outras vantagens, mediante a **Caixa de Previdência da Justiça.**

Apelo a todos os quase nove mil funcionários e quadros da Justiça para que se inscrevam neste importante meio alternativo de segurança social. Os benefícios são muito relevantes para cada um de nós.

Para facilitar a adesão de todos os funcionários e quadros à Caixa de Previdência, instruí a direcção desta instituição a formular uma solução que facilite o pagamento da joia de inscrição e da primeira quota, mediante recurso ao Cofre Geral da Justiça.

Quanto aos **recursos orçamentais para o sector**, apraz-me informar que Sua Excelência o Titular do Poder Executivo orientou que se dê ao Orçamento do Sector da Justiça e dos Direitos Humanos o devido grau de prioridade orçamental. Com base nessa orientação, espera-se que o sector seja dotado dos meios financeiros suficientes para a grande missão que lhe foi consignada para esta legislatura, designadamente, o combate à corrupção e à impunidade e a garantia da defesa dos direitos e liberdades fundamentais.

Devemos encarar essa afectação de receitas como um **investimento do Estado no sector da justiça**, do qual resultará um retorno de valor exponencialmente incalculável para toda a sociedade.

Este investimento vai proporcionar, no curto prazo, o aumento da captação de receitas fiscais para o país, pela via do respeito à lei, a moralização dos comportamentos, a viabilidade económica do país na avaliação internacional, a afirmação do sistema político e económico vigente e a melhoria do ambiente de negócios.

Vamos **cumprir esta missão como uma equipa**, tendo como ponto de sustentação a Constituição e a lei, os superiores interesses do Estado, os programas do Governo e a ética, baseada nos pilares da transparência, da lealdade e do rigor.

Transparência para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção; para purificar as relações entre nós e retirar espaço à intriga e ao ambiente de desconfiança entre colegas; para partilhar a informação, tornando-a instrumento de coesão na acção comum; para combater a desinformação e para estarmos alinhados na mesma forma de comunicação.

Lealdade para mantermos o comprometimento com o programa do Executivo, com as linhas de orientação do Titular do Poder Executivo e com a subordinação hierárquica, sempre alinhados nos princípios de solidariedade, amizade, respeito e cumplicidade institucional corporativa. Lealdade também para com as lideranças internas e para com cada um dos membros da equipa, fortalecendo o sentimento de inclusão e coesão institucional.

Rigor para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho; rigor na observância estrita das regras e das boas práticas; rigor no uso de métodos

científicos de actuação e rigor no combate ao espontaneirismo, ao empirismo e à falta de brio profissional.

Seremos uma boa equipa, forte e coesa, se tivermos sempre presente estes valores de referência ética.

Para terminar, formulo votos de muita saúde, felicidade e prosperidade para todos vós e para as vossas respectivas famílias, desejando, ao mesmo tempo uma quadra festiva com muito amor.

Muito obrigado!

Luanda, 24 de Novembro de 2017

Francisco Queiroz

Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos